

SUMÁRIO

Primeira Parte

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Capítulo 1

TIPOLOGIA DO DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO	23
--	----

Capítulo 2

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	25
--------------------------------------	----

2.1. Princípios do processo administrativo fiscal.....	25
2.1.1. Princípios constitucionais.....	25
2.1.1.1. Legalidade	25
2.1.1.2. Impessoalidade	27
2.1.1.3. Moralidade	27
2.1.1.4. Publicidade	28
2.1.1.5. Eficiência.....	30
2.1.2. Princípios constitucionais do processo aplicáveis ao processo administrativo fiscal.....	31
2.1.2.1. Inafastabilidade do controle jurisdicional da decisão proferida na esfera administrativa (artigo 5º, inciso XXXV)	32
2.1.2.2. Devido processo legal (artigo 5º, inciso LIV).....	35
2.1.2.3. Contraditório e ampla defesa (artigo 5º, inciso LV)	37
2.1.2.4. A inadmissão das provas obtidas por meios ilícitos (artigo 5º, inciso LVI)	44
2.1.2.5. Duração razoável do processo (artigo 5º, inciso LXXVIII)...	48
2.1.2.6. Motivação das decisões (art. 93, inciso IX)	50
2.1.3. Aplicação dos princípios do processo administrativo do ente político ...	52
2.1.3.1. Os princípios do processo administrativo federal e sua aplicação nas demais esferas	54
2.2. Contencioso administrativo tributário e a EC nº 132/2023.....	62

Capítulo 3

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	65
3.1. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil ao processo administrativo fiscal?	66

Capítulo 4

EFICÁCIA DAS NORMAS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL NO TEMPO.....	69
--	-----------

Capítulo 5

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL FEDERAL (PAF)	73
5.1. Noções preliminares	73
5.2. Fase de instauração	75
5.2.1. Notificação de lançamento e seus requisitos	75
5.2.2. Auto de infração e seus requisitos	76
5.3. Impugnação	77
5.4. Questões procedimentais	81
5.4.1. Aspectos probatórios	81
5.4.2. Intimações	82
5.5. Fase de julgamento.....	83
5.5.1. O ônus da prova no processo administrativo fiscal.....	85
5.5.2. Decisão do processo administrativo fiscal.....	89
5.5.3. Reconhecimento de inconstitucionalidade na decisão administrativa..	91
5.5.3.1. Reconhecimento de inconstitucionalidade de norma. O papel dos precedentes no Código de Processo Civil e seu impacto no processo administrativo fiscal	91
5.5.3.2. Reconhecimento de inconstitucionalidade de ato administrativo.....	95
5.5.4. Prejudicialidade da decisão do processo administrativo fiscal para a esfera penal	95
5.6. Recursos contra a decisão de primeira instância	97
5.6.1. Embargos de declaração	98
5.6.2. Recurso voluntário e remessa obrigatória	99
5.6.3. Depósito prévio ou arrolamento de bens como condição de procedibilidade de recurso?	101
5.6.4. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).....	102
5.6.4.1. O voto de qualidade	104
5.6.5. Recurso especial	107

5.6.6.	Pedido de reconsideração	107
5.7.	“Coisa julgada administrativa”	108
5.8.	Efeitos da decisão final	110
5.9.	Limites das medidas constritivas administrativas	111

Segunda Parte

PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

Capítulo 6

PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	115	
6.1.	Conceito de Fazenda Pública	115
6.2.	As prerrogativas processuais da Fazenda Pública no processo tributário e sua legitimação.....	117
6.2.1.	O Princípio da Supremacia do Interesse Público	117
6.2.2.	Os direitos fundamentais processuais como filtros de legitimação das prerrogativas	121
6.3.	A sistemática de prazos para a Fazenda Pública.....	123
6.3.1.	Exceções	124
6.4.	Intimação pessoal.....	126
6.5.	Duplo grau obrigatório de jurisdição.....	127
6.5.1.	Recursos em face da decisão da remessa necessária	135

Capítulo 7

TUTELA PROVISÓRIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....	137	
7.1.	As espécies de tutelas provisórias	137
7.2.	Contracautela para a concessão de tutela antecipada ou cautelar tributária.....	139
7.2.1.	Exigência de caução para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário	142
7.2.2.	Ação cautelar prévia de caução e honorários	145
7.3.	Restrições à tutela provisória em matéria tributária	147
7.4.	Efeitos da revogação da tutela provisória	151
7.5.	Medida cautelar fiscal	153
7.5.1.	Cabimento.....	154

Capítulo 8

EXECUÇÃO FISCAL.....	159	
8.1.	Conceito e cabimento. A certidão de dívida ativa	159

8.1.1.	Presunção e requisitos da certidão	165
8.2.	Legitimidade ativa.....	167
8.3.	Legitimidade Passiva	174
8.3.1.	Sucessor do devedor	175
8.3.1.1.	Espólio.....	175
8.3.1.2.	Sucessão da pessoa jurídica	177
8.3.2.	Responsabilidade dos sócios	178
8.3.2.1.	Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica na execução fiscal?	184
8.3.3.	Executado falido.....	188
8.3.4.	Execução fiscal e recuperação judicial	191
8.4.	Competência.....	195
8.4.1.	Competências constitucionais.....	195
8.4.2.	Competência territorial.....	197
8.4.3.	Falência do executado: deslocamento da competência da execução fiscal?.....	199
8.4.4.	Reunião de execuções fiscais	200
8.5.	Procedimento	201
8.5.1.	Propositura da execução	201
8.5.2.	Indícios de bens para a propositura da execução fiscal federal. O regime diferenciado de cobrança da dívida ativa federal	202
8.5.3.	A citação do executado.....	205
8.5.3.1.	Modalidades de citação	205
8.5.4.	Intimação da Fazenda Pública.....	208
8.5.5.	Penhora	208
8.5.5.1.	Ordem especial de bens para a penhora	210
8.5.5.2.	Penhora de dinheiro	211
8.5.5.3.	Seguro garantia e fiança bancária	213
8.5.5.4.	Penhora de faturamento da pessoa jurídica	219
8.5.5.5.	Intimação da penhora	221
8.5.5.6.	Substituições de penhora	222
8.5.5.7.	Fraude à execução fiscal.....	224
8.6.	Outras medidas executivas na execução fiscal.....	226
8.6.1.	Medidas coercitivas administrativas	226
8.6.1.1.	Protesto de dívida ativa	227

8.6.1.2.	A averbação pré-executória enquanto medida coercitiva ao pagamento do crédito tributário	230
8.6.2.	Medidas coercitivas no curso da execução	232
8.7.	Defesas do executado	239
8.7.1.	Embargos à execução.....	239
8.7.1.1.	Formas de contagem do prazo para embargos.....	240
8.7.1.2.	Exigência de garantia para a admissibilidade dos embargos?.....	242
8.7.1.3.	Efeito suspensivo.....	247
8.7.1.4.	Competência.....	250
8.7.1.5.	Cognição e procedimento	251
8.7.1.6.	Recursos	252
8.7.2.	Outros meios de defesa do executado	256
8.7.2.1.	Exceção de pré-executividade ou objeção de não executividade.....	256
8.7.2.2.	Outras ações autônomas – a ação anulatória de débito fiscal	257
8.8.	Suspensão da execução fiscal	259
8.9.	O concurso de preferências entre entes públicos.....	264
8.10.	honorários na execução fiscal	266

Capítulo 9

	AÇÕES ANTIEXACIONAIS – REGRAS GERAIS.....	273
9.1.	Conceito e espécies	273
9.2.	Competência nas ações tributárias	274
9.2.1.	Ações tributárias em face da União ou da Fazenda Pública federal.....	275
9.2.2.	Ações tributárias em face das Fazendas Públicas Estaduais, Municipal e Distrital.....	279
9.3.	Suspensão da exigibilidade do crédito pela propositura de alguma dessas ações? ...	282
9.4.	Procedimento das ações tributárias.....	284
9.4.1.	Obrigatoriedade de audiência de conciliação ou mediação nas ações tributárias?	284
9.4.2.	Revelia nas ações tributárias.....	287
9.4.3.	Ônus da prova nas ações tributárias	289
9.4.4.	Honorários advocatícios nas ações tributárias.....	293
9.4.4.1.	Ação cautelar prévia de caução	298
9.4.4.2.	Equidade	298

9.4.4.3.	Honorários recursais	302
9.4.4.4.	Valor da dívida executada e honorários.....	305
9.5.	Coisa julgada nas ações tributárias.....	306
9.5.1.	Estabilidade das sentenças terminativas	307
9.5.2.	Coisa julgada nas ações tributárias em que são julgadas relações jurídicas continuativas. A necessidade de releitura da Súmula n. 239 do Supremo Tribunal Federal	308
9.5.2.1	O STF e a coisa julgada em matéria tributária	311
9.5.3.	Coisa julgada “inconstitucional”	313
9.6.	Ações coletivas em matéria tributária	317

Capítulo 10

MANDADO DE SEGURANÇA TRIBUTÁRIO	323	
10.1.	Conceito e histórico.....	323
10.2.	Direito líquido e certo	324
10.3.	Prazo	328
10.3.1.	Prestações tributárias sucessivas	330
10.4.	O ato de autoridade fiscal	330
10.4.1.	Compensação tributária.....	333
10.4.2.	Leis tributárias.....	335
10.4.3.	Mandado de segurança tributário preventivo.....	338
10.5.	Legitimidade no mandado de segurança tributário	339
10.5.1.	Legitimidade ativa.....	339
10.5.1.1.	O falecimento do contribuinte impetrante.....	340
10.5.2.	Legitimidade passiva	341
10.5.2.1.	A autoridade coatora	343
10.6.	Liminar.....	347
10.7.	Procedimento	348
10.8.	Sentença	350
10.9.	Coisa julgada	353
10.10.	Recursos	355
10.10.1.	Recursos no mandado de segurança tributário de competência originária de primeiro grau	355
10.10.2.	Recursos no mandado de segurança tributário de competência originária de tribunal.....	360

10.11. Execução	364
10.12. restituição do indébito tributário reconhecido por decisão judicial em mandado de segurança	365
 Capítulo 11	
AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	369
11.1. Cabimento.....	369
11.1.1. Discussão da exigibilidade ou extensão do crédito tributário	373
11.1.2. Parcelamento do débito?	374
11.1.3. Consignação extrajudicial?	375
11.2. Depósito	376
11.3. Procedimento	379
11.3.1. Procedimento quando da exigibilidade do tributo por mais de um ente	380
 Capítulo 12	
AÇÃO DECLARATÓRIA.....	383
12.1. Cabimento.....	383
12.2. Procedimento	385
12.2.1. Eficácia da sentença declaratória e seu cumprimento	385
12.3. Impossibilidade de ampliação da isenção prevista no artigo 6º, inciso XIV da lei nº 7.713/88 pela via da ação declaratória	387
 Capítulo 13	
AÇÃO ANULATÓRIA.....	391
13.1. Cabimento e natureza.....	391
13.2. Desnecessidade de depósito prévio como pressuposto processual da ação anulatória.....	392
13.3. Conexão entre ação anulatória e execução fiscal?	394
13.4. Litispendência entre ação anulatória e embargos à execução fiscal?	397
 Capítulo 14	
AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO.....	399
14.1. Cabimento.....	399
14.1.1. O interesse de agir na repetição do indébito pela via judicial.....	400
14.2. Prazo	404
14.3. Legitimidade	405
14.4. Tramitação da ação de repetição de indébito durante pedido de compensação? ..	409

14.5.	Cumprimento da sentença que deferir a restituição	411
14.5.1.	O cumprimento da sentença que reconheça obrigação de pagar em face da Fazenda Pública	412
14.5.1.1.	A impugnação ao cumprimento de sentença	418

Terceira Parte

OUTROS MEIOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS TRIBUTÁRIOS

Capítulo 15

A CONSENSUALIDADE TRIBUTÁRIA	423	
15.1.	O acesso à solução justa PARA os conflitos	423
15.2.	Os meios consensuais de solução de conflitos na Administração Pública.....	427
15.3.	Os meios consensuais em matéria tributária	430
15.4.	Alguns mecanismos de consensualidade tributária	436
15.4.1.	As transações tributárias na Administração Federal - a Lei n. 13.988/20	436
15.4.2.	Outros mecanismos de consensualidade tributária	440
15.5.	Riscos à impessoalidade e efeitos concorrenciais na transação tributária	444
15.5.1.	As transações por adesão na Lei n. 13.988/20.....	445
15.5.2.	Confidencialidade x publicidade na consensualidade tributária	449
15.6.	Negócios jurídicos processuais em matéria tributária	451
15.7.	Arbitragem tributária	457
15.7.1.	Arbitrabilidade objetiva tributária.....	461

Capítulo 16

DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL.....	463
REFERÊNCIAS	467